

Reflexões sobre a escrita da história na Antiguidade Tardia:

Aurélio Vítor e a *fides gestarum rerum*.

MOISÉS ANTIQUEIRA*

Entre o final do ano de 359 e meados de 361, um membro da “burocracia” imperial, que labutava no âmbito da prefeitura do pretório da Ilíria, finalizou a composição de uma breve história do Império romano, narrando em latim certos eventos ocorridos desde a Batalha de Ácio até o vigésimo terceiro ano do reinado de Constâncio II (337-361). Se trata, pois, de Sexto Aurélio Vítor, cuja obra conhecemos por intermédio de dois manuscritos quatrocentistas que a intitulam “*Historiae abbreviatae*”. Nos inícios da década de 360, Aurélio Vítor residia em Sírmio, importante localidade na província da Panônia Segunda; aventa-se que tenha sido um numerário, à frente de um dos vários *scrinia* (“departamentos”) que compunham o aparato fiscal e financeiro da administração de uma prefeitura do pretório no século IV (BIRD, 1984:10).

A despeito do caráter sintético do texto que elaborou, Aurélio Vítor tece algumas considerações acerca do valor e da utilidade da história. Vale destacar que uma das funções que, não raro, se atribuía à escrita da história no mundo grecorromano vincular-se-ia ao propósito de reabilitação dos fatos do passado, isto é, dar voz àquilo que se mantinha em silêncio em meio aos labirintos da memória coletiva (HEDRICK JUNIOR, 2000:131). Em outras palavras, o discurso historiográfico tinha a capacidade de trazer à tona os elementos do passado que, distantes do tempo presente, haviam caído no esquecimento. Neste sentido, ao comporem suas narrativas, os historiadores impediriam que parte do passado percesse por completo e escapasse ao conhecimento dos homens.

Desta feita, a história emergia associada ao ato de recordar. Tal perspectiva remonta a Heródoto, cujo prólogo às *Histórias* apresenta o intuito de conservar “os grandes e maravilhosos feitos dos helenos e dos bárbaros para não serem esquecidos e

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), sob orientação da Profa. Dra. Maria Luiza Corassin. Professor Assistente A junto ao curso de Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (CCHEL/Unioeste), *campus* de Marechal Cândido Rondon.

não ficarem sem glória”.¹ Séculos mais tarde, Tácito em seus *Anais* ofertaria uma reflexão acerca da “principal função da história” (*praecipuum munus annalium*):

Não aspiro, de modo algum, relatar as opiniões que foram estabelecidas [no Senado], exceto aquelas insignes por serem honoráveis ou notáveis por serem vergonhosas, pois considero que a principal função da história seja não deixar no silêncio as virtudes, ao passo que [desperte] a aversão da posteridade pelos perversos ditos e fatos e o temor da infâmia (Tac., *Ann.* 3.65.1).

Cabe salientar que Tácito delinea, em primeiro lugar, qual deveria ser o papel da história no que tangia aos bons valores, às virtudes (*virtutes*), para em seguida definir a relevância de se registrar igualmente maus modelos (*pravis dictis factisque*). Logo, o historiador estaria obrigado a reportar em seu texto todos os tipos de exemplos, quer fossem positivos ou negativos (LUCÉ, 1991:2907). Ademais, se a narrativa histórica rememora os bons exemplos do passado, mantendo-os vivos no presente, por outro lado funcionaria como um instrumento para dissuadir os leitores, no que concernia aos fatos evitados de vícios, uma vez que Tácito chama a atenção para a avaliação que os pósteros fariam com base no relato que o historiador deve elaborar. Tendo em vista que certos acontecimentos e personagens, se contemplados pela obra do historiador, jamais se misturariam às brumas do olvido imposto pelo passar dos anos, a história poderia impedir “[...] *bad men from their impulse to do evil because in [its] pages they will receive everlasting opprobrium*” (LUCÉ, 1991:2913).

Sendo assim, os *Anais* taciteanos dirigiam-se ao elogio das virtudes, ao fustigar dos vícios e, conseqüentemente, voltavam-se à instrução dos homens, visto que os indivíduos perversos temerão o julgamento da posteridade. Tácito compreendia, posto desta maneira, o discurso histórico nos termos de uma função moralizadora, educativa e preventiva, uma vez que não objetiva apenas compor uma mero testemunhos dos eventos, mas uma narrativa que lhe permita ajuizar e mensurar as ações e o comportamento das personalidades históricas (CIZEK, 1991:141)

Dois séculos e meio depois, as concepções taciteanas ecoariam no texto de Aurélio Vítor, que assim se referiria à importância da história:

¹ Emprega-se aqui a tradução efetuada por Ribeiro Júnior (2002:29).

A menos que a isso [ie., depravações] resistisse a credibilidade da história (*fides gestarum rerum*), que nem permite privar as pessoas honestas da recompensa de serem recordadas, tampouco conceder aos ímprobos fama ilustre e eterna, em vão se buscaria a virtude, pois que esta verdadeira e única honra aos piores seria atribuída gratuitamente e subtraída de maneira ímpia aos bons (*Hist. abbrev.* 33.26).

Aurélio Vítor conferia à história um papel semelhante ao que Tácito postulava. E ambos voltam-se à dicotomia entre boas e más pessoas ou ações, do que a história daria o devido testemunho: os bons exemplos seriam recordados, de acordo com a própria essência que possuiriam. Desta forma, aqueles que tivessem cultivado uma conduta virtuosa, como se um prêmio por tal fosse, jamais seriam esquecidos. Do mesmo modo, não era possível extrair da narrativa os modelos negativos. Estes últimos não poderiam alcançar a posteridade senão conforme aquilo que haviam sido no passado, uma vez que não se deveria “conceder aos ímprobos fama ilustre e eterna” (*Hist. abbrev.* 33.26).

Mais importante ainda, a fala de Aurélio Vítor toca em dois pontos fundamentais. Em primeiro lugar, compreende-se a história sob uma dimensão notadamente moralizadora.² A história se confunde com uma guardiã da moral,³ pois os bons exemplos nela incluídos garantem que a busca pela virtude não seja vã, ao mesmo tempo em que aos péssimos homens não se atribuiria imerecida glória. Edwards (1996:4) adverte que os discursos moralizantes em Roma estavam profundamente imbricados nas estruturas do poder. Neste caso, poder-se-ia tomar a construção da memória do passado romano como espaço de poder e, logo, Aurélio Vítor reivindica à história um papel crucial, qual seja, assegurar aos pósteros que a *virtus* representa uma honraria que, no passado, apenas os *boni* poderiam reclamar para si. À guisa de Tácito, o autor tardoantigo almeja oferecer um relato que testemunha e julga os fatos.⁴

Em segundo lugar, a *fides* da narrativa histórica residiria justamente no fato de abarcar tanto os bons quanto os maus exemplos e, por conseguinte, o autor deve legá-los à posteridade tal como teriam se configurado no passado. Não obstante, claro está

² Tal como visto em Tácito, lembremos.

³ Dufraigne (1975:165-166, n. 29) prefere salientar que esta concepção pouco tinha de original, podendo ser encontrada, por exemplo, no prefácio da *Biblioteca Histórica* de Diodoro Sículo (1.2). Por seu turno, Aurélio Vítor daria à noção uma roupagem toda particular, ilustrando a missão que atribui a si próprio.

⁴ Demandt (1982:272) advoga que as obras versadas em história, na sociedade tardoimperial, serviriam para nortear a ação de todos os grupos politicamente ativos, desde o imperador e os membros da Corte, passando pelos senadores e as elites locais, fossem pagãos ou cristãos.

que a *fides* assinalada por Aurélio Vítor não corresponde à (busca por) uma objetividade absoluta, mas antes à honestidade do autor em sua tarefa de escrever a história, ou seja, à probidade da narrativa (CIZEK, 1994:112).

Ao conceber sua obra, Aurélio Vítor parece ter transplantado essa proposição, que assume mesmo a força de um método expositivo. Em outras palavras, a narrativa se sustenta sobre uma dicotomia entre atos concebidos como positivos ou negativos, que merecem o louvor ou, quando for o caso, uma reprimenda por parte do autor. Todavia, os retratos pincelados por Aurélio Vítor no que tange aos imperadores romanos não são absolutos, inflexíveis; denota-se o emprego de cores intermediárias, a fim de compor uma imagem mais matizada das personagens centrais do texto. Sendo assim, um único monarca pode apresentar tanto qualidades quanto vícios,⁵ algo que imprime ao relato uma marca de confiabilidade – a *fides* que se alude no versículo acima transcrito. Posto assim, o autor nutria a intenção de expressar uma noção de apego aos fatos em sua narrativa ou, antes, projetar uma imagem de verossimilhança.

Townend (1967:82) destaca que as biografias suetonianas quase sempre expunham uma mistura de pontos positivos e negativos concernentes aos *Césares*, do que cabia aos leitores a tarefa de formular um ajuizamento a respeito dos monarcas abordados. Neste sentido, soaria natural que a presença de Suetônio se fizesse sentir em Aurélio Vítor, como aponta Cizek (1994:113). Contudo, parece igualmente plausível presumir que a concepção vinculada ao *praecipuum munus* taciteano também exercesse influência sobre Aurélio Vítor e a ideia de história em que sua obra se assenta.

Ainda a respeito de *Hist. abbrev.* 33.26, lemos que Aurélio Vítor atesta a existência de uma “verdadeira e única honra” (*verum atque unicum decus*). Denota-se, quiçá, uma tentativa de retomada do conceito de *verum* ou *veritas*, em que o autor manifestaria sua devoção à “verdade” ao empreender a sua tarefa de narrar a história do

⁵ Gonçalves (2001:32) conclui que as *Historiae abbreviatae* apresentam Septímio Severo (193-211) como modelo de *optimus princeps*. No entanto, Aurélio Vítor, ao que parece, não manipulou os elementos que reputou relevantes para sua história imperial tendo em mente o apontamento de um monarca que personificasse o ideal de “bom imperador”. Um dos traços marcantes da narrativa de Aurélio Vítor, como indica Den Boer (1972:24), era apresentar tanto os aspectos positivos quanto os negativos que envolviam um fato. Embora os tons do discurso referente ao reinado e à figura de Severo sejam, no todo, favoráveis, elencam-se no texto alguns fatores que dificilmente poderiam somar-se à vida de um *optimus princeps*. Dentre esses, podemos citar, em especial, o fato de Severo ter permanecido ao lado de sua esposa (Júlia Domna, a quem o autor não se refere nominalmente), embora tivesse ciência dos atos de libertinagem que ela cometia, “ações vergonhosas [...] diminuíram a enorme glória” do imperador (*Hist. abbrev.* 20.23).

Império romano. Ao longo do texto, verifica-se a inserção de algumas observações a fim de demonstrar aos leitores que a narrativa dos fatos obedeceu ao critério da verdade. Devemos recordar, contudo, que o processo determinante da “verdade” no interior da historiografia grecorromana resultava um tanto quanto óbvio, na medida em que, ao se extrair de uma obra quaisquer indícios flagrantes de favoritismo ou hostilidade dirigidos a outrem, alcançar-se-ia à verdade (LUCE, 1989:17). Posto isto, as assertivas quanto à imparcialidade de um relato emanavam, sobretudo, de historiadores ocupados com eventos contemporâneos e/ou pertencentes ao passado recente – caso no qual Aurélio Vítor também pode ser enquadrado.

Este último, portanto, almeja reiterar aos leitores a excelência de seu labor, sua autoridade enquanto historiador, ao transmitir uma percepção de si próprio como narrador imparcial, em razão do propalado apego à credibilidade dos fatos. Neste ensejo, ao comentar a respeito da ascensão de provinciais ao trono imperial, Aurélio Vítor sublinha a importância de tais indivíduos para o engrandecimento da cidade de Roma. Sua conclusão, não obstante, resultaria dos esforços que despendeu para confeccionar a obra, visto o autor afirmar que ouviu e leu muitas coisas (*Hist. abbrev.* 11.13). Assim, Aurélio Vítor oferecia ao público uma ponderação “objetiva”, pois que alicerçada sobre uma alegada atividade de pesquisa. O mesmo pode ser aplicado para *Hist. abbrev.* 22.3, passagem em que se encontra a advertência de que “nada encontramos” (*nihil reperimus*) acerca do curto reinado do imperador Macrino e seu filho e herdeiro presuntivo Diadúmeno. Ou seja, a alegação de que coisa alguma se encontrou a respeito de Macrino implicaria, a princípio, que o autor havia procedido à busca por elementos tangentes ao governo do sucessor de Caracala (211-217), a fim de selecioná-los e reportá-los aos leitores.⁶

O ato de “ouvir e ler” muitas coisas projeta a imagem de um historiador que teria empreendido uma efetiva inquirição, coletando e escolhendo informações, a fim de compor seu relato. “A tarefa de investigação”, atestou Políbio em meio às críticas que dirigia a Timeu de Tauromênio, “é a parte mais importante da história” (Polyb. 12.4c.3). Mas a empresa aludida por Políbio se baseia na percepção direta e visual de um acontecimento. Em verdade, um procedimento desta natureza não estava desprovido de

⁶ Desta maneira, se justificariam inclusive os poucos quatro versículos destinados ao governo de Macrino (*Hist. abbrev.* 22.1-4), muito embora este tivesse durado pouco mais de um ano, entre os anos de 217 e 218.

limitações, como até mesmo Polúbio reconheceria.⁷ A maior parte das informações amealhadas por Aurélio Vítor não poderia, evidentemente, derivar do testemunho ocular dele próprio, visto que tais fatos diziam respeito aos três primeiros séculos da história imperial. Além disso, coisa alguma se menciona quanto às fontes que o autor afirma ter ouvido e lido. E tampouco se estabelece uma diferenciação qualitativa acerca dos relatos escritos e orais que assegura ter consultado.⁸

A despeito disso, subsistiria a ideia de que Aurélio Vítor dedicou-se à busca por dados sobre os quais alicerçaria sua narrativa. Ao longo desta, podemos notar o emprego de outros *topoi* retóricos a fim de sustentar essa perspectiva. Assim, em *Hist. abbrev.* 14.7-8, se expõem duas versões, discrepantes, no que concernia à fundação de uma cidade⁹ e a ereção de estátuas em honra da memória do jovem Antínoo durante a época de Adriano (117-138). Embora suspeite da natureza das relações entre “pessoas de tão diferente idade”, Aurélio Vítor opta por deixar o assunto em suspenso (*Hist. abbrev.* 14.9), como se não dispusesse de elementos suficientes para fundamentar um ajuizamento.

Na continuação da narrativa, se menciona a morte de Lúcio Vero e os rumores de que Marco Aurélio (161-180) teria orquestrado o fato durante uma ceia (*Hist. abbrev.* 16.6-7). No entanto, o autor afirma de modo categórico o quão inverídica seria tal notícia, “posto que é suficientemente aceito (*satis constet*)” que Lúcio Vero faleceu em decorrência de uma enfermidade, na cidade de Altino. A expressão *satis constet* denota a constatação de um (quase) consenso a respeito do episódio e, pois, o emprego destes termos sugere que Aurélio Vítor teria recorrido a mais de uma fonte, como a

⁷ A *autopsia* como fundamento metodológico da escrita da história, tal como concebido entre os gregos, também seria observado pelos historiadores romanos. Autores que discorriam sobre acontecimentos não-contemporâneos, como Aurélio Vítor, teriam de lidar com a noção de que a observação pessoal resultava na melhor maneira de reconstituir o passado (MARINCOLA, 1997:281). Com efeito, quanto mais antigo o historiador, mais verossímil seriam as linhas por ele traçadas, uma vez que, cronologicamente mais próximo dos fatos que relatava, tal autor poderia ter inquirido ou mantido contato com indivíduos que presenciaram determinados eventos e, assim sendo, teria empregado um material dotado de maior “confiabilidade” na elaboração de seu texto. Nestes termos, a antiguidade da fonte consultada deveria, em tese, constituir um fator a ser levado em consideração por todo aquele que se aventurasse a abordar o passado. Entretanto, em passagem alguma Aurélio Vítor viria a discorrer sobre a antiguidade ou não das fontes por ele consultadas.

⁸ Cf., por exemplo, a assertiva liviana de que a escrita constituía “o único guardião confiável da memória dos feitos” (*Liv.*, 6.1.2), situando os registros escritos acima dos orais no que tangia à “confiabilidade” das informações que transmitiam.

⁹ Antinópolis, localizada na região do Alto Nilo.

existência de outra versão referente à morte de Lúcio Vero igualmente o permite aventar.

Por sua vez, a dimensão “objetiva” das considerações expostas na narrativa seria matizada em face de outros comentários efetuados pelo próprio autor. A relevância dos “estrangeiros” (*advenae*) para a história imperial, do que o “cretense” Nerva (96-98) serviria como exemplo,¹⁰ mostra-se clara, diz Aurélio Vítor, “ao menos *para mim*” (*Hist. abbrev.* 11.13, grifo nosso).¹¹ No tocante à morte de Lúcio Vero, não apenas a eventual concordância entre os testemunhos garantia a indignidade da versão que responsabilizava um invejoso Marco Aurélio pelo fim da vida de seu irmão adotivo; Aurélio Vítor sentencia em *Hist. abbrev.* 16.8 que “não podem crer isso acerca de tão grande varão [Marco Aurélio] senão os espíritos inclinados ao crime”. Por conseguinte, soaria pouco verossímil ou provável que *boni viri* como Marco Aurélio cometessem tamanha falta como um fratricídio. Assim, vislumbra-se mais uma vez a perspectiva da credibilidade da história, pautada em um ponto de vista moral e, ao mesmo tempo, marcadamente pessoal.

Os versículos em primeira pessoa explicitam aos leitores o possível significado do fato histórico ou do traço comportamental de determinada personagem expostos na narrativa, uma vez que a brevidade do relato não permitiria que a exposição dos fatos, *per se*, deixasse latente ao público leitor o eventual sentido inerente àquilo que se narra ou descrevia. Ou seja, os *exempla* históricos ofertados por Aurélio Vítor não falam por si sós. Todavia, o autor tinha ciência de que, ao ansiar compor uma obra de historiador, e não de um mero epitomador, teria de empreender um estudo acerca do processo histórico por ele delimitado, assim como uma reflexão tangente às causas ou consequências de um certo acontecimento ou conjunto de fatos. Tal interpretação se tece por meio de comentários cujos tons são, logo, pessoais: Aurélio Vítor pretende

¹⁰ Aurélio Vítor diz em *Hist. abbrev.* 12.1 que Nerva nasceu na ilha de Creta; porém, em verdade, o imperador era natural da Península Itálica, sendo originário da localidade de Nárnica. O erro cometido permitiu ao autor, entretanto, lançar a figura do “sábio e moderado” Nerva como modelo da proposição advogada acima, isto é, a ideia de que os “provinciais” resultaram em destacados governantes do Império romano.

¹¹ Nesta passagem, Aurélio Vítor transparece a ótica de que os originários da cidade de Roma continuariam a possuir, mesmo após a promulgação da *constitutio Antoniniana* em 212, uma qualidade política superior àquela dos provinciais no que concerne aos componentes tradicionais da *civitas* romana, quais sejam, o Senado e o *populus Romanus*. Sendo assim, cabia aos *externi* distinguirem-se em razão de suas virtudes, fator que os tornaria melhores intérpretes da romanidade (NERI, 2001:265).

esclarecer o significado dos dados sobre os quais trabalha, do que resulta um discurso assaz moralizante.¹²

Para evidenciarmos esta proposição, cotejemos a postura de Aurélio Vítor com a adotada por um autor e uma obra diametralmente opostas, quais sejam, Tito Lívio e sua monumental *Ab urbe condita* composta por 142 livros, que cobrem desde os eventos anteriores à fundação da cidade de Roma e se estendem até o ano 9 a.C.¹³ As considerações de cunho pessoal são pouco frequentes no texto liviano, ao passo que diversos acontecimentos recebem um tratamento amplo e rico em detalhes, que trazem em seu bojo uma avaliação psicológica das personagens envolvidas, entre outros aspectos que denotam os valores sobre os quais se assentam um evento e a perspectiva (ou mesmo lições) que o autor almeja transmitir para seus leitores. É evidente que, ao elegeer determinados episódios da história romana que mereceriam uma extensa exposição, Tito Lívio não recorreu à brevidade enquanto artifício literário e, desta feita, tais acontecimentos se dispunham para a contemplação e benefício dos leitores, como proposto em *Liv., praef.* 10.

Por outro lado, a concisão – que por vezes gera contradições e mesmo falta de clareza ao texto – configura o instrumento basilar da composição elaborada por Aurélio Vítor. A transmissão de lições a serem extraídas do passado deve, logo, se escorar em um recurso estilístico menos elaborado e muito mais explícito, sob a forma de ajuizamentos expressos em primeira pessoa, posto o tratamento exíguo destinado à abordagem dos fatos.

Aurélio Vítor estava consciente, porém, que a *ueritas* não correspondia somente à *fides* (CIZEK, 1994:112). Assim se compreende o último versículo do texto, no

¹² Vale apontar, como o faz Moreno (2007:85), que a argumentação tecida por Aurélio Vítor “*no carece de contradicciones que [...] invalidan su alcance desde el punto de vista histórico*”. Moreno enfatiza que nem mesmo se pode generalizar uma de suas referências distintivas da *romanitas*, isto é, a cultura letrada, se levarmos em consideração o fato de que um dos mais eruditos soberanos, Adriano, não desperta grande admiração. De fato, Adriano devotava grande apreço às letras, mas não às latinas propriamente e sim às gregas; e a imagem projetada por Aurélio Vítor a respeito dos helenos não é das mais laudatórias. Para tanto, cf. *Hist. abbrev.* 3.12 (gregos são aficionados em engrandecer as coisas) ou 5.5 (Nero toca cítara em público para ganhar uma coroa, prática reprovável que o monarca adotara seguindo aquilo que os gregos haviam inventado).

¹³ A comparação com Tito Lívio é oportuna se levarmos em consideração a hipótese de que o texto de Aurélio Vítor foi encarado, em algum momento, como continuação dos epítomes livianos redigidos ao longo da era imperial, como podemos supor a partir da interpolação *id est a fini Titi Livii* que se encontra no subtítulo das *Historiae abbreviatae* em ambos os manuscritos que nos legaram a obra de Aurélio Vítor.

âmbito do balanço que se estabelece acerca do governo do imperador que ainda reinava – isto é, Constâncio II – no qual lemos que:

E para lançar, em poucas palavras, a verdade (*atque uti uerum absoluam breui*): assim como nada é mais preclaro que o próprio imperador, deste modo nada é mais atroz que a maior parte daqueles ao serviço [do imperador] (*Hist. abbrev. 42.25*).

Primeiramente, devemos salientar o uso de uma convenção observada nos meandros da produção historiográfica grecorromana, qual seja, a afirmação da verdade (SYME, 2001:94). Não obstante, no entender de Cizek (1994:112), a passagem acima não equivale a um simples jogo de palavras ou a uma expressão convencional. Aurélio Vítor teria por objetivo desvelar ao público uma verdade pontual, que não poderia ser absoluta. Sobremaneira, não poderia senão emitir de modo conciso uma constatação como aquela, tendo em vista que redigia sua obra em um momento deveras delicado e escorregadio da história, que viria a representar o fim da era de Constâncio II e a ascensão de Juliano (361-363). Do que deriva uma sentença que pudesse inspirar um quadro moralizador e político definido, em meio às incertezas que permeavam aquele período. Neste sentido, aventamos que a busca pela verdade deve subordinar-se ao *munus* instrutivo da história e se encaixar à “lealdade”, à proibidade ao lidar com os fatos¹⁴ – cujo parâmetro de verossimilhança se fundamentaria, porém, em axiomas morais.

A mesma ênfase retórica pode ser apontada em *Hist. abbrev. 39.48*. Ao divagar acerca das causas que levaram Diocleciano (284-305) a abdicar do trono imperial, Aurélio Vítor chama a atenção para o fato de que “[...] em meio a umas e outras opiniões, a verdade tenha sido corrompida [...]”. Se, por um lado, Aurélio Vítor reconhece que a verdade pode ser alterada, por outro tem de responder a obstáculos como esse, que se interpunham ao seu labor. E acaba por fazê-lo escorando-se no critério da verossimilhança: isto é, seria próprio de um homem dotado de uma natureza superior (*excellenti natura*), como se afirma a respeito de Diocleciano na última oração do capítulo 39 (*Hist. abbrev. 39.48*), aperceber-se dos desastres iminentes que se avizinhavam do Estado romano e, logo, apartar-se deles por meio da abdicação. O

¹⁴ Ou seja, ainda que pudesse correr uma série de riscos, Aurélio Vítor não deixa de mencionar o fato de que boa parte dos que serviam a Constâncio II corresponderiam a homens indignos.

juízo moral, de caráter generalizante, configura o ponto a partir do qual se atingiria a “verdade” ao lidar com os fatos e personagens do passado e do presente.

Para além, a frase com a qual Aurélio Vítor encerra sua narrativa, ainda que articulada ao juízo proferido a respeito do imperador Constâncio II e seu reinado (*Hist. abbrev.* 42.23-24), assume as cores de uma conclusão à obra, como um todo. Ao finalizar o texto, após passar brevemente em revista a história do Império romano do começo ao fim (ou melhor, até o momento em que se compunha a própria narrativa), Aurélio Vítor exprime aos leitores a “verdade” que alcançara no que tangia a uma história que não se concebe senão a partir de Augusto e seus inúmeros sucessores à frente do Império. A essência deste, que se define estritamente em razão do costume de obedecer a um único homem (*Hist. abbrev.* 1.1), implica mesmo em sua fraqueza, na medida em que, se nada haveria de mais brilhante que o próprio imperador, os subordinados deste não estariam à altura de tal magnanimidade.¹⁵

¹⁵ Ademais, como a própria narrativa evidencia, em diferentes momentos o ocupante do trono imperial não se comportaria em consonância à dignidade com a qual foi investido – a má escolha de seus subordinados, por exemplo, refletiria a falta de zelo do monarca diante da primordial tarefa que lhe foi confiada, ou seja, a manutenção do bem-estar dos romanos. O adequado cumprimento dos deveres administrativos por parte do governo imperial equivalia a um fator para o qual experientes funcionários civis como Aurélio Vítor e (em menor grau) Eutrópio não deixaram de atentar (BIRD, 1987:145).

Referências bibliográficas

Fontes

AURELIUS VICTOR. *De Caesaribus*. Translated with an introduction and commentary by H. W. Bird. Liverpool: Liverpool University Press, 1994. (Translated Texts for Historians).

AURELIUS VICTOR. *Livre des Césars*. Texte établi et traduit par Pierre Dufraigne. Paris: Les Belles Lettres, 1975. (Collection des Universités de France).

LIVY. *Livy, with an English translation in fourteen volumes*. I, Books I and II. Translated by B. O. Foster. Cambridge (MA): Harvard University Press; London: Heinemann, 1988. (Loeb Classical Library).

_____. *Livy, with an English translation in fourteen volumes*. III, Books V-VII. Translated by B. O. Foster. Cambridge (MA): Harvard University Press; London: Heinemann, 1996. (Loeb Classical Library).

POLYBIUS. *The histories*. Books IX-XV. Translated by W. R. Paton. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: Heinemann, 1954. (Loeb Classical Library).

TACITE. *Annales*, Livres I-III. Texte établi et traduit par Henri Goelzer. Paris: Les Belles Lettres, 1958. (Collection d'Universités de France).

Obras gerais e artigos de periódicos

BIRD, H. W. *Sextus Aurelius Victor: a historiographical study*. Liverpool: Francis Cairns, 1984.

_____. The Roman senators: Eutropius' perspective. *The Ancient History Bulletin*, Calgary, v. 1, n. 6, p. 139-151, 1987.

CIZEK, E. La poétique de l'histoire chez Tacite. *Revue des études latines*, Paris, n. 69, p. 136-146, 1991.

_____. La poétique de l'histoire dans les abrégés du IV^e siècle ap. J.-C. *Revue de Philologie*, Paris, v. 68, n. 1-2, p. 107-129, 1994.

DEMANDT, A. Geschichte in der spätantiken Gesellschaft. *Gymnasium: Zeitschrift für Kultur der Antike und humanistische Bildung*, Heidelberg, v. 89, p. 255-272, 1982.

DEN BOER, W. Aurelius Victor. In: _____. *Some minor Roman historians*. Leiden: Brill, 1972. p. 19-113.

DUFRAIGNE, P. Introduction. In: AURELIUS VICTOR. *Livre des Césars*. Texte établi et traduit par Pierre Dufraigne. Paris: Les Belles Lettres. 1975. p. VIII-LXI.

EDWARDS, C. *The politics of immorality in ancient Rome*. Cambridge: University Press, 1996.

GONÇALVES, A. T. M. A figura do *optimus princeps* nos breviários de história romana. *Hélade*, v. 2, n. 2, p. 23-33, 2001. Disponível em: http://www.heladeweb.net/N2%202001/Ana_Teresa_Gon%C3%A7alves2001.htm. Acesso em: 18 set 2008.

HEDRICK JUNIOR, C. W. *History and silence*. Purge and rehabilitation of memory in Late Antiquity. Austin: University of Texas Press, 2000.

LUCE, T. J. Ancient views on the causes of bias in historical writing. *Classical Philology*, Chicago, v. 84, n.1, p. 16-31, 1989.

_____. Tacitus on “History’s highest function”: *praecipuum munus annalium* (Ann. 3.65). In: HAASE, W. (Hrg.). *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*. Berlin; New York: Walter de Gruyter, v. II, n. 33.4, 1991. p. 2904-2927.

MARINCOLA, J. *Authority and tradition in ancient historiography*. Cambridge: University Press, 1997.

MORENO, I. El pasado en el presente: la perspectiva histórica en el *Liber de Caesaribus* de A. Victor. *Estudios clásicos*, Madrid, n. 132, p. 69-86, 2007.

NERI, V. *Cives e peregrini* nella Roma tardoantica: l’esaltazione dell’*origo* romana. In: BARZANÒ, A. et al. *Identità e valori*. Fattori di aggregazione e fattori di crisi nell’esperienza politica antica. Roma: “L’Erma” di Bretschneider, 2001. p. 257-281.

RIBEIRO JÚNIOR, W. A. Heródoto: o casamento por leilão. *Revista de Tradução Modelo 19*, Araraquara, v. 7, n. 13, p. 29-31, 2002.

SYME, R. *Ammianus and the Historia Augusta*. 2nd. ed. Oxford: OUP, 2001. [1968].

TOWNEND, G. B. Suetonius and his influence. In: DOREY, T. A. (ed.). *Latin biography*. New York: Basic Books, 1967. p. 79-112.